

“NO INTUITO DE PROMOVER OS MELHORAMENTOS MATERIAES E MORAES DA NOSSA BELLA PROVÍNCIA”: ATUAÇÃO E REDES DO MEDIADOR MENANDRO RODRIGUES FONTES (RIO GRANDE DO SUL, SÉC. XIX)

*“WITH THE PURPOSE OF PROMOTING MATERIAL AND
MORAL IMPROVEMENTS IN OUR BEAUTIFUL PROVINCE”:
PERFORMANCE AND NETWORKS OF THE MEDIATOR
MENANDRO RODRIGUES FONTES (RIO GRANDE DO
SUL, 19TH CENTURY)*

Vitor Luiz Soares Figueiredo¹

RESUMO

A longa duração do sistema político do Segundo Reinado deve-se, em grande parte, aos mediadores que desempenharam a função de negociar as demandas das elites locais com os interesses do governo central. Neste artigo, pretende-se analisar alguns fragmentos da trajetória de Menandro Rodrigues Fontes, um mediador político específico e secundário. A hipótese é de ele que foi recrutado pela elite da periférica Freguesia do Arroio Grande, localizada no espaço fronteiro meridional do Rio Grande do Sul, para intermediar a aproximação do local com o centro de poder provincial, visando a obtenção de recursos por vias institucionais na década de 1870. Contudo, a mediação de Menandro está repleta de ações aparentemente contraditórias. Nesse sentido, acredita-se que a análise dessas particularidades pode contribuir para o conhecimento histórico sobre o sistema e as realidades dos grupos políticos atuantes no bojo de uma conjuntura específica da província rio-grandense.

Palavras-chave: Brasil Império. Mediação política. Elites.

ABSTRACT

The long duration of the Second Reign's political system is largely due to the mediators who played the role of negotiating local elite demands with interests of the central government. In this article, the intention is analyzing some trajectory fragments of Menandro Rodrigues Fontes, a specific and secondary political mediator. The hypothesis is that he was recruited by the peripheral parish's elite of Arroio Grande, located in the southern border area of Rio Grande do Sul, to mediate the approximation of the place with the provincial power center, to obtain resources through institutional means in the 1870s. However, Menandro's mediation is full of apparently contradictory actions. In this sense, it is believed that the analysis of these particularities can contribute to the historical knowledge about the system and the

¹ Graduando do Curso de História-Licenciatura da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA) e Membro Efetivo do Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão (IHG).

realities of the political groups acting in the midst of a specific conjuncture in the province of Rio Grande do Sul.

Keywords: *Brazil Empire. Political mediation. Elites.*

INTRODUÇÃO

Durante o quase meio século de sua duração, a atuação do Conselho de Estado no Segundo Reinado, conforme Maria Fernanda Vieira Martins (2006), foi fundamental para a consolidação do Estado nacional brasileiro assentado na manutenção da ordem escravagista e em uma hierarquia social excludente. Nesse sentido, o processo de formação do Estado centralizado não pode ser compreendido como um fenômeno de mão única, imposto do centro para as periferias do Império por um grupo específico e encastelado na Corte. Martins (2006) concluiu que a sustentação da ordem só foi possível porque a elite interessada nessa permanência participou ativamente do processo de sua construção, fazendo-se representar no Conselho a partir da continuidade, em longa duração, de redes de relacionamento e da elaboração de estratégias destinadas a controlar os interesses e mediar, através das instituições governamentais, os conflitos ocorridos no interior das elites regionais e locais.

Em que pese a validade da hipótese explicativa de Martins (2006) sobre a existência de forças centrípetas, constituídas por dezenas de famílias da elite política que, da Corte imperial no Rio de Janeiro estendiam, através de relações interpessoais, os braços do poder imperial até as periferias do país, Jonas Vargas (2010) propõe uma análise das forças que atuaram no sentido diametralmente inverso. Sua pesquisa visa explicar a aproximação do mundo cortesão por uma elite periférica do país, nesse caso, a elite do Rio Grande do Sul.

Para tanto, Vargas (2010) parte da hipótese de que as famílias da elite rio-grandense possuíam projetos familiares no sentido de inserir parentes na elite política nacional. Tal empreendimento significava um reforço às suas práticas econômicas e sociais, as quais, ameaçadas pelo clima de incerteza que condicionava as ações naquela sociedade agrária e fronteiriça com o belicoso mundo platino, estendiam-se para além dos espaços formais de poder e contemplavam relações verticais e horizontais com vários grupos sociais. Logo, “a presença de um filho, sobrinho ou genro no círculo de relações que levava ao parlamento provincial ou geral aumentava, mas não garantia, uma maior segurança para a realização dos seus investimentos”, bem como, em perspectiva imaterial, “da manutenção do seu status e prestígios sociais e da sua sobrevivência enquanto setor da elite” (VARGAS, 2010, p. 29).

Nesse sentido, conforme Amanda Both (2016), o Estado imperial estava alicerçado mediante um acordo que tornou possível a inserção das elites de todo o país em um sistema comum, organizado a partir do interesse na reprodução social e na manutenção da ordem. A esse sistema impulsionado por uma complexa teia de relações acionadas pelo clientelismo, no qual os intermediários políticos foram os responsáveis pela tarefa de torná-lo compreensível e por acomodar os interesses, geralmente divergentes, das elites locais, provinciais e o governo central, a autora denomina como “a trama que sustentava o Império”.

Com efeito, a elite política rio-grandense que se aproximou do centro de poder no último decênio do Império era formada por ministros de Estado, senadores e deputados gerais. Ao serem recrutados para os referidos cargos, esses atores políticos assumiam a função de governar e legislar, ao passo que desempenhavam o papel de mediadores políticos, atuando para diminuir a barreira espacial e temporal que separava os locais de onde provinham e a Corte imperial, núcleo político e econômico da Nação. Assim, a conquista da privilegiada condição lhes investia do “poder de captar recursos materiais (terras, escravos, animais, cargos, dinheiro) e imateriais (favores, crédito, status e prestígio social) para as suas províncias e servir de informante tanto aos seus coprovincianos como ao governo central” (VARGAS, 2010, p. 21).

As reações ante o esgotamento da história quantitativa e serial tradicional introduziram, sobretudo a partir da década de 1980, uma renovação epistemológica na historiografia ocidental que proporcionou o retorno da dimensão política, bem como do indivíduo enquanto objeto de pesquisa, embora nunca isolados do social. Em diálogo com essas transformações e a partir de uma abordagem microanalítica, nos últimos anos alguns historiadores vêm dedicando especial atenção ao estudo dos mediadores no sistema político do Segundo Reinado. O foco das análises tem sido a trajetória de atores que ascenderam até as mais altas posições institucionais, como Manuel Luís Osório, Henrique d’Ávila e José Francisco Diana, que, ocupando o Senado ou os gabinetes ministeriais, conectavam as paróquias de suas províncias diretamente com a Corte. O estudo desses casos contribuiu para a revisão do processo geral da política imperial na medida em que a aparente especificidade pôde ser generalizada para o estudo de outras províncias.

O esquecimento dispensado ao protagonismo dos mediadores políticos que atuavam no interior do sistema político monárquico, geralmente realizando a conexão de suas comunidades de origem com a capital das províncias ou pouco mais do que isso, justifica-se pela virtualmente ínfima contribuição que o estudo de um desses atores proporcionaria para o

conhecimento histórico a respeito das práticas políticas do Brasil oitocentista. Contudo, sentimo-nos tentados a rever esse paradigma e acreditamos que, a partir da análise de alguns fragmentos da vida política de Menandro Rodrigues Fontes, um desses “intermediários de segunda categoria”, é possível observar a política imperial tanto quanto através de Osório, D’Ávila ou Diana.

Partimos da hipótese de que Rodrigues Fontes foi recrutado por uma parcela da elite da periférica Freguesia do Arroio Grande para aproximar essa comunidade do centro de poder provincial em Porto Alegre, dele buscando obter vantagens e benefícios institucionais. Esse tipo de mediação adquire contornos singulares no caso aqui analisado, pois acreditamos que o mediador utilizou de alianças aparentemente contraditórias, as quais, submetidas a uma análise intensa, contribuem para a interpretação dos limites e realidades dos grupos políticos em ação em uma conjuntura específica do Rio Grande do Sul nas décadas de 1860 e 1870.

A singularidade do espaço onde atuou a elite local que se tornou a base de Menandro merece explicação. O território mais meridional do Rio Grande do Sul, situado abaixo do rio Piratini, foi colonizado tardiamente, a partir de fins do século XVIII. Nesse sentido, a povoação que se estabeleceu próximo a um acampamento militar nas margens do rio Jaguarão, por fazer fronteira com a Banda Oriental e ser o local “mais acompanhado de moradores, o mais fértil e mais bem disposto para o estabelecimento de charqueadas” (FRANCO, 1980, p. 46), foi rapidamente elevado à categoria de freguesia, sob a invocação religiosa do Espírito Santo em 1812, e, posteriormente, a de município, em 1833. Ao seu turno, o povoado situado na margem do arroio Grande, cerca de 50 km ao nordeste, desamparado pela localização pouco útil para a economia, minado por disputas entre moradores e pela endemia bélica que assolou a região, só receberia o status de freguesia, sob a proteção de Nossa Senhora da Graça, em 1846. Por isso, esse atraso precisava ser recuperado e a recuperação se dava por via institucionais.

Considerando que o termo elite aparece frequentemente nesse trabalho, é necessário explicar como o empregamos. Segundo Vargas (2010) e Both (2016) o conceito não possui uma definição única entre os historiadores. Logo, os autores recomendam a adoção de um parâmetro maleável, pois os critérios de recrutamento para esse grupo variam em cada sociedade. Portanto, quando falamos de elites, estamos nos referindo a atores sociais que se diferenciam dos demais por disporem, momentaneamente, de recursos materiais e imateriais inacessíveis ao grosso da população. A ocupação de um cargo institucional, por exemplo, é uma fonte desses cabedais.

Dito isso, dividimos o estudo em duas partes: inicialmente reconstruiremos a trajetória da família ampla a qual Menandro Fontes aliou-se, focando a problematização na trajetória do fazendeiro Máximo Pereira Machado, seu sogro. Posteriormente, analisaremos a atuação política de Rodrigues Fontes em dois momentos de seu primeiro mandato na Assembleia Provincial do Rio Grande do Sul (1873-1874): quando mediou os interesses locais através da apresentação de projetos de lei e quando, provavelmente, aliou-se ao presidente da província em busca da efetiva obtenção dos recursos demandados por sua base social.

Embora não pretendamos fazer deste um trabalho de Micro-História, utilizaremos dois princípios metodológicos comuns à abordagem em sua matriz italiana: a *redução da escala de observação* do objeto de pesquisa, a qual, conforme Justo Serna e Analet Pons (2012), é o procedimento no qual o pesquisador desce ao rés do chão das relações cotidianas para compreender aspectos que se relacionam a problemas mais amplos e que passariam despercebidos em uma abordagem oposta e mais relacionada à Macro-História; bem como o *paradigma indiciário*, renovada epistemologia que investiga a partir dos indícios, isto é, ainda segundo Serna e Pons (2012), os elementos presentes nas fontes históricas que se apresentem como extremamente reveladores sobre o objeto de pesquisa. Isso implica em reconhecer que a realidade histórica não pode ser atingida de forma direta, mas é passível de ser reconstruída pelo pesquisador, uma vez que ele trabalha com conjecturas ao invés de certezas.

1. Fazendeiro, prestamista e político de aldeia: notas sobre Máximo Pereira Machado

De acordo com Maria Dutra da Silveira (2019), Máximo era filho de Nicolau Pereira Machado e de Francisca Soares Louzada, tendo nascido em 13 de fevereiro de 1809. Seu pai, tenente da Legião de Cavalaria da Capitania de São Pedro do Rio Grande, tomou parte na conquista territorial da Guerra das Laranjas, em 1801, sendo premiado pela Coroa Portuguesa com a concessão de uma sesmaria localizada perto da nascente do arroio Bretnha, afluente da Lagoa Mirim, mais ou menos a meio caminho dos povoados de Arroio Grande e Jaguarão.

Proprietário de considerável parte do patrimônio fundiário e do gado deixado pelo pai falecido em 1828, Máximo Pereira Machado, segundo Silveira (2019), casou sete anos depois, com Maria Clementina de Souza, filha do casal Eleutério Jerônimo de Souza e Ana Ignacia de Siqueira e Silva e neta paterna de Manuel Jerônimo de Souza, outro colonizador do território próximo do Arroio Grande, bem como poderoso sesmeiro na região. Atra-

vés desse casamento, Máximo tornou-se parente de Irineu Evangelista de Souza, sobrinho de Eleutério, então um obscuro jovem rio-grandense que começava a ascender socialmente na Corte Imperial, ao ser admitido como sócio de uma empresa de importação dirigida por ingleses. Pedro Jayme Bittencourt Jr. (2009) anota que Máximo e Maria Clementina tiveram pelo menos cinco filhos, mas apenas dois alcançaram a idade adulta: Joaquina Clementina² e Olivério Pereira Machado. Posteriormente, este último acrescentaria ao sobrenome o topônimo “Bretanha”.

O matrimônio era o principal evento da vida de um homem adulto nas sociedades agrárias e pré-industriais. Uma melhor apreciação das implicações simbólicas desse ato passa pela compreensão do conceito de família naquela sociedade. Sobre ela, Richard Graham (1997) produziu uma descrição da qual nos apropriamos: “Os limites de uma família iam muito além do pai, da mãe e dos filhos”, a proteção, prossegue o autor, “estendia-se primeiramente a uma ampla gama de relacionamentos consanguíneos e, em seguida, a um número igualmente grande de ligações por meio de casamento” (GRAHAM, 1997, p. 34), abarcando, ainda, os laços construídos a partir do parentesco ritual, isto é, o compadrio. Certificando a bilateralidade dessa estrutura familiar ampla, Luís Augusto Farinatti (2007) afirma que, além da mera transferência de um filho ou filha de uma família para outra, a união do casal criava um elo de comunicação, uma aliança entre grupos, na qual, “através de uma vasta teia parental circulavam favores, proteção, lealdade, serviços, crédito, informações, cuidados” (FARINATTI, 2007, p. 211).

O recorte temporal que começa ao fim da intervenção militar brasileira na Argentina contra os caudilhos Oribe e Rosas (1851-52) e se estende até o princípio da guerra contra o Paraguai (1864-1870) foi o mais longo em que durou a paz na fronteira mais ao sul do Império. Logo, esse momento foi propício para a realização de negócios e o crescimento econômico e populacional. A significativa presença da mão de obra escravizada em Arroio Grande é sintomática dessa conjuntura. Uma compilação de recenseamentos provinciais elaborada pela Federação de Economia e Estatística (1981) aponta que o levantamento realizado em 1858 identificou 1.833 escravizados vivendo ali – 1.144 apenas no 2º Distrito – perfazendo 46,65% de toda a população da freguesia. A paridade entre livres e cativos não se repetiu

2 Para Bittencourt Jr. (2009; 2018) a referida filha de Máximo e Maria Clementina Pereira Machado chamava-se Maria Joaquina. Acreditamos que o autor tenha se confundido, pois conforme consta em vários documentos oficiais, especialmente no inventário de Eleutério e Ana Ignacia de Souza (sobre o qual falaremos adiante), seu nome correto – tal como se designava em assinatura – era Joaquina Clementina Pereira.

em outras partes do município naquele ano: em comparação, os escravizados de Herval totalizaram 37,63%, enquanto os de Jaguarão representavam 34,30% dos habitantes do local.

Entrementes, a criação de gado continuava cada vez mais sendo o carro chefe da economia rio-grandense. Segundo Vargas (2013), é possível dizer que cerca de cinco milhões de bovinos pastavam nos campos do Rio Grande do Sul por volta do ano de 1858. Considerando que as fêmeas foram a matéria-prima da indústria charqueadora, esses animais eram criados prioritariamente para abastecer o principal polo saladeiril, situado em Pelotas, e, secundariamente, para consumo próprio dos provincianos. Os núcleos charqueadores de Rio Grande e Jaguarão igualmente recebiam parcela significativa desses rebanhos, que também provinham por vias legais e ilegais do norte do Uruguai, onde os rio-grandenses dominavam cerca de 30% do território, julgado mais qualificado para a atividade pastoril. Provavelmente, enquanto fazendeiro, Máximo Pereira Machado abastecia as charqueadas da região com o gado internado em suas propriedades. Sua atuação econômica, contudo, era mais diversificada.

Buscando compreender o perfil social de Máximo Pereira Machado, recorreremos aos inventários *post mortem*, fonte privilegiada para a reconstrução das hierarquias socioeconômicas, mas não encontramos os processos de Máximo e Maria Clementina. Contudo, a qualificação de grande proprietário consignada em muitos documentos oficiais, além da participação como beneficiário em várias transações de bens, é um sintoma de que Máximo pertencia aos quadros da elite local, e talvez ele estivesse entre os mais afortunados daquela sociedade agrária e fronteiriça. Assim, em busca de respostas para essa hipótese, e com base na epistemologia indiciária, analisaremos alguns fragmentos da vida social do fazendeiro.

Graças aos relatos (que circularam nacionalmente pela imprensa) de um assalto ocorrido em 1877, pudemos saber a localização da principal fazenda de Máximo Pereira Machado. A propriedade supostamente era a sesmaria de seu pai, pois situava-se próxima à nascente do arroio Bretanha, no lugar denominado Cerrito³. Sintomática da expansão de seu patrimônio fundiário, possivelmente visando ampliar a prática da pecuária foi, entre 1856 e 1860, a aquisição de algumas frações de campo adjacentes ao arroio das Pedras e na “Estrada do Cerrito”⁴, ou seja, perto da referida fazenda,

3 Biblioteca Nacional – Hemeroteca Digital Brasileira. Jornal **O Monitor** (BA), 13/03/1877, p. 3.

4 As escrituras citadas foram lançadas, respectivamente, em: Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul. Acervo dos Tabelaionatos, Jaguarão, 1º Distrito da Freguesia do Arroio Grande, **Transmissões e Notas, Livro nº 2 (1850-1856)**, fls. 40v.-42; **Livro nº 3 (1856-1864)**, fls. 3v.-5 e 77v.-78v.

para as quais despendeu quase 3 contos de réis. Sobre o tamanho dessas terras, Silveira (2019) apresentou-nos um indício: a primitiva estância do tenente Nicolau Pereira Machado, da qual o filho Máximo herdou significativa parcela, posteriormente acrescida pelo patrimônio de sua mãe, possuía 15.246 hectares.

De Jaguarão, Máximo Pereira Machado tornou-se um dos mais importantes prestamistas da região. Por ora, limitamo-nos a explicar os significados dessa qualificação. Conforme Tiago Gil (2020), a economia de uma sociedade agrária e pré-industrial, como essa da qual falamos, era pouco monetarizada. Em vista disso, a sobrevivência ou enriquecimento das atividades econômicas obrigou homens e mulheres a adquirir bens, que podiam ser pagos à vista, mas geralmente o eram à fiado. Para tanto, recorriam a grandes fazendeiros e comerciantes que, em consequência do acúmulo de riqueza material, transformaram-se nos outorgantes de cobiçado numerário a juros, mediante a hipoteca de propriedades pelo outorgado. Foi assim que Máximo Pereira tornou-se um agente de crédito. A sua atuação registrada nos livros notariais é eloquente do poder adquirido: as treze hipotecas das quais foi credor em Arroio Grande e Jaguarão, entre 1855 e 1874, renderam-lhe mais de 27 contos de réis, montante superior aos exatos 25 contos e 224 mil réis pelos quais foram avaliados os 4.652 hectares de terra e as 1.200 reses de criar, principais bens arrolados na partilha extrajudicial do inventário de Eleutério Jerônimo e Ana Ignacia de Souza, seus sogros, em 1869⁵.

Além de centro administrativo do município formado pelas freguesias de Herval e Arroio Grande, desde antes da guerra civil Farroupilha (1835-1845), a povoação de Jaguarão tornou-se o núcleo econômico do espaço social situado abaixo do rio Piratini. Mencionamos anteriormente que a localização próxima a uma relevante hidrovía foi uma das principais razões pelas quais Jaguarão recebeu as prerrogativas administrativas em detrimento de Arroio Grande ainda no começo do século XIX. A localização estratégica fez valer o privilégio que condicionou o desenvolvimento do local, e, desse modo, conforme aponta Roberto Duarte Martins (2001), aproximadamente dez estabelecimentos de charqueada funcionaram nas margens do rio Jaguarão durante o auge econômico das décadas de 1850 e 1860.

Arroio Grande também dispunha de um local fundamental para a navegação comercial: no antigo território do 2º Distrito da freguesia corre o canal São Gonçalo, também referido como Sangradouro, via fluvial respon-

5 Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul. Acervo dos Tabelionatos, Jaguarão, 1º Distrito da Freguesia do Arroio Grande, **Transmissões e Notas, Livro nº 4 (1863-1873)**, fls. 34v.-35.

sável por estabelecer a ligação entre as lagoas Mirim e dos Patos. O aproveitamento dessa passagem estratégica, através da qual era possível acessar a barra do Rio Grande, onde se localizava o único porto marítimo exportador da província, tomou impulso após a Guerra dos Farrapos, com o crescimento de um povoado denominado Santa Isabel e seu respectivo ancoradouro. É possível dizer, aproveitando as contribuições de Mário Maestri (2011), que a produção da indústria saladeiril instalada nas margens da Lagoa Mirim, próxima do São Gonçalo, atingira o ápice quando, em janeiro de 1865, no contexto da intervenção brasileira em defesa dos proprietários rio-grandenses no Uruguai, os rumores sobre uma insurreição de escravizados insuflada pelo Partido Blanco fizeram com que o presidente da província ordenasse o transporte de todos os cativos para a margem oposta do canal.

Portanto, cremos que Máximo Pereira Machado integrava a elite econômica local e, assim sendo, era esperado que se envolvesse na política. Quando o caos econômico e social do decênio farroupilha começava a se dissipar, em 1848, na primeira eleição realizada após a elevação de Arroio Grande à freguesia, Máximo recebeu votos, ainda que insuficientes para ser eleito um dos juizes de paz do 1º Distrito⁶. No ano seguinte, quando a freguesia possuía o direito de eleger três eleitores, foi o segundo mais votado, compondo o colégio eleitoral com Thomaz Bento da Silva e Maximiano Soares Lima⁷. Posteriormente, expandindo o horizonte de atuação, o fazendeiro e prestamista direcionou sua atenção para Jaguarão, terminando a eleição de 1852 como um dos suplentes dos vereadores eleitos para a Câmara do município⁸.

Convém destacar que, apesar da imposição de uma renda mínima aos votantes de primeiro turno, essa exigência não foi um obstáculo ao exercício da cidadania (especialmente vinculada, durante o período imperial, ao direito de votar) até 1881, quando a implementação da Lei Saraiva, apesar de extinguir a eleição indireta, proibiu o voto dos analfabetos e aumentou a renda mínima exigida. Portanto, o comparecimento eleitoral não se limitava à classe dominante, pois “basta um exame das atas eleitorais para afastar tal impressão, pois as urnas, embora fechadas para o candidato errado [...] eram abertas em outro sentido a quase todos os homens adultos livres, independente de classe ou raça” (GRAHAM, 1997, p. 147-148).

6 Acervo do Museu Visconde de Mauá (Arroio Grande, RS). **Livro de atas das eleições de vereadores e juizes de paz na Freguesia de Nossa Senhora da Graça do Arroio Grande e distrito anexo (1848-1873)**, fls. 2v-3.

7 Acervo do Museu Visconde de Mauá (Arroio Grande, RS). **Livro de atas das eleições de eleitores da Paróquia de Nossa Senhora da Graça do Arroio Grande (1847-1872)**, fl. 5v.

8 Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão. **Livro nº 4 de Atas da Câmara Municipal de Jaguarão**. Sessão nº 305, 15/07/1852, fls. 30-32.

Em seu clássico trabalho, Graham afirma que “O clientelismo constituía a trama de ligação política no Brasil do século XIX e sustentava virtualmente todo ato político. A vitória eleitoral dependia sobretudo de seu uso competente” (GRAHAM, 1997, p. 15). O clientelismo, para o autor, significava tanto a concessão de cargos públicos através do governo quanto a proteção de pessoas pobres pela elite, em troca de lealdade pessoal. Contudo, Both (2016), apesar de reconhecer a importância do conceito para melhor explicar as dinâmicas relacionais do sistema político imperial, faz ressalvas à tese de Graham. Para a autora, o clientelismo foi um meio, mas não pode ser considerado como a finalidade da ação política.

Segundo Carl Landé (1977), as clientelas são agrupamentos de dimensão média que abarcam ligações diádicas construídas para alcançar objetivos limitados em determinado espaço de tempo. Nesse sentido, relação diádica significa relação direta e pessoal envolvendo algum tipo de interação entre indivíduos. No clientelismo político, “uma relação patrão-cliente é uma aliança diádica vertical, isto é, uma aliança entre duas pessoas de status, poder ou recursos desiguais que acham útil ter como um aliado alguém superior ou inferir a si mesmo” (LANDÉ, 1977, s./p.)⁹.

Demonstrando a importância da casa e da família ampla enquanto “unidades básicas da ordem política” oitocentista, Graham (1997) afirma que, ao longo do tempo famílias bem-sucedidas dedicaram-se a aumentar os seus recursos, e as conexões responsáveis por garantir o controle de cargos públicos e o domínio local representavam parte importante desse cabedal. Em que pese a validade da interpretação de Graham (1997), é necessário torná-la mais complexa. A política local na qual Máximo Pereira estava imerso não era estanque, tampouco a atuação das autoridades locais restringia-se aos limites dos distritos onde viviam.

Destarte, os pleitos seguintes seriam desastrosos para as pretensões de Máximo Pereira Machado. Em 1856, ele recebeu votos para juiz de paz do 1º Distrito de Arroio Grande e vereador de Jaguarão, mas passou longe de sequer ter sido suplente dos eleitos. Posteriormente, sofreu suas duas maiores derrotas eleitorais. Em 1860, tentou uma vaga para o juizado de paz, mas ao receber 58 votos, só conseguiu obter a primeira suplência. Retomando a candidatura quatro anos depois, repete o resultado, dessa vez totalizando 73 votos, um a menos que Felisberto Machado de Souza, o último dos quatro juízes eleitos¹⁰.

9 Excerto traduzido para fins didáticos da obra referenciada.

10 Acervo do Museu Visconde de Mauá (Arroio Grande, RS). **Livro de atas das eleições de vereadores e juizes de paz na Freguesia de Nossa Senhora da Graça do Arroio Grande e distrito anexo (1848-1873)**, fls. 9-17.

Ao pesquisarmos a trajetória do capitão Rogerio José de Freitas (FIGUEIREDO, 2019), um político local que derrotou Máximo Pereira Machado muitas vezes, tanto nas eleições para juízes de paz quanto nas de eleitores, percebemos que o exemplo daquele (o remediado proprietário que venceu o rico fazendeiro) se prestava exatamente como um estudo de caso útil para analisar as particularidades da concepção de poder relacional adotada pela historiografia moderna. Freitas, a despeito de seus medianos recursos econômicos, casou Deolinda, sua única filha, com José, irmão do médico paulista Agostinho da Silva Campos. Esse matrimônio conectou a família com o mundo exterior, especialmente da capital do Império, que Agostinho conhecia por ser médico formado pela Faculdade do Rio de Janeiro. No entanto, a maior façanha do capitão talvez tenha sido – e ele não viveu tempo suficiente para ver – a construção das redes de sociabilidade que permitiram que seu filho mais jovem, Herculano, se formasse bacharel em Direito pela Faculdade de São Paulo, em 1889.

Em parte, o sucesso de Rogerio nas eleições locais pode ser debitado às suas habilidades no uso das práticas políticas locais. Contudo, os grandes responsáveis pela posição social privilegiada que ele desfrutou na Freguesia do Arroio Grande (e que ele conseguiu reproduzir, direta e indiretamente para os filhos) foram os seus padrinhos políticos. Em meados da década de 1860, Rogerio era integrante das facções políticas comandadas pelo General Manuel Luís Osório e pelo advogado Henrique Francisco d’Ávila, ao passo que Máximo pertencia a um grupo adversário daquele. A posição dos atores nessa arena só ficou nítida para nós a partir da leitura de um discurso pronunciado por José Francisco Diana na Assembleia Provincial em decorrência do citado assalto de 1877. Ao referir-se à Máximo Pereira Machado, o deputado jaguarense classificou-o, expressamente, como sendo uma “influência conservadora”¹¹.

Segundo Helga Piccolo (1998), são pouco consistentes as “definições” político-partidárias no Rio Grande do Sul durante o Segundo Reinado. No arco temporal de 1850 a 1860, a província viveu uma conjuntura específica, na qual não se reproduziram as ligações entre liberais e conservadores tecidas à nível nacional no âmbito da política de conciliação que orientava a presidência do gabinete ministerial. Sustentando que as alianças partidárias eram nocivas para os princípios ideológicos do liberalismo e apresentando um programa de reformas políticas, o Partido Liberal Histórico, chefiado pelo General Osório e pelo advogado Felix da Cunha, surgiu

11 Memorial do Legislativo do Rio Grande do Sul. **Annaes da Assembleia Legislativa da Provincia de São Pedro do Sul. 17ª Legislatura. Primeira Sessão de 1877.** Porto Alegre: Typ. de A Reforma, 1877, Apêndice, p. 17.

nas eleições de 1860 para fazer oposição ao Partido Liberal Progressista no Rio Grande do Sul, por sua vez liderado pelo Barão de Porto Alegre. Até o fim daquela década, esses dois grupos seriam as principais forças políticas da província.

Por outro lado, ao defender que a elite política rio-grandense que se aproximou do poder central ao fim do período monárquico só pode ser compreendida a partir da análise de sua atuação dentro do mundo político provincial, e que esse mundo não pode ser dissociado dos aspectos sociais e econômicos, Vargas (2010) argumenta que o papel dos programas partidários e discursos políticos têm pouco a contribuir para o conhecimento histórico se tomados isoladamente. Para Vargas (2010), o resultado dessa abordagem reducionista foi o esquecimento do General Osório pela historiografia, pois ele não discursava nem escrevia para a imprensa. Ao focar o protagonismo dos atores políticos e suas redes de relações, Vargas (2010) dialoga com Graham (1997), ao concluir que os cidadãos não se dividiam “por considerações ideológicas, mas por causa de laços pessoais, tornando as siglas dos partidos seriamente enganosas tanto no nível nacional quanto local” (GRAHAM, 1997, p. 198).

Portanto, é à luz dessa conjuntura específica da província do Rio Grande do Sul que as derrotas eleitorais de Máximo Pereira em 1860 e 1864, quando tentou ser eleito juiz de paz, devem ser compreendidas. Ademais, esses fracassos ajudam a explicar o papel da magistratura leiga no processo de centralização administrativa do Segundo Reinado. A historiografia clássica sustentou que, após as contrarreformas da década de 1840, as elites locais perderam o interesse em ocupar o cargo de juiz de paz. Logo, esse magistrado leigo, que chegou a ocupar funções judiciais e policiais durante a experiência reformista e descentralizadora liberal das Regências na década de 1830, teria sido relegado a desempenhar meras funções conciliatórias em litígios envolvendo pequenas quantias monetárias.

No estudo de caso que produzimos sobre os juízes de paz do 1º Distrito da Freguesia do Arroio Grande (FIGUEIREDO, 2020), percebemos que, após ter sido incumbido de presidir o processo de qualificação dos votantes e a eleição de primeiro turno propriamente dita, ou seja, depois de tornar-se o personagem-chave do processo eleitoral, o cargo passou a ser bastante disputado. O acirramento da conjuntura política provincial intensificou as tensões pelo controle do juizado na década de 1860, e, num período de 23 anos, quatro indivíduos dominaram o cargo: Thomaz Bento da Silva, João Alberto Baptista (dois dos fazendeiros mais ricos da região ao final do século XIX), Hildebrando Soares Lima e Rogerio de Freitas foram eleitos quinze vezes. Além disso, todos eram chefes das facções liberais. Sil-

va parece ter sido o líder mais relevante desse grupo, pois ao contrário dos outros, estava conectado diretamente com D’Ávila.

Em vista disso, convém assinalar que o protagonismo adquirido pelo juiz de paz nas eleições locais a partir da rearticulação política rio-grandense na década de 1860 não se circunscreeu à Freguesia do Arroio Grande. Ao buscar compreender a formação de territórios políticos e grupos de poder na fronteira oeste da província através de uma análise das diferentes votações ocorridas entre 1852 e 1867 no município de Alegrete, Edson Paniagua (2012) foi quem inicialmente percebeu a transformação no status do juizado, que naquela localidade saiu do ostracismo expresso na ausência de cidadãos dispostos a assumir o cargo, para “ressurgir” enquanto posição valorizada pelas novas forças políticas em disputa na referida conjuntura. Nesse sentido, Paniagua (2012) demonstrou como a atuação de várias autoridades que ocupavam posições estratégicas – e estavam inseridas na rede política de David Canabarro, aliado de Osório –, dentre as quais se destacou o juiz de paz do 1º Distrito, conjugada à mobilização de práticas comuns à política local, como a fraude e a ameaça de uso da violência contra os adversários, asseguraram a conquista do colégio eleitoral de Alegrete na votação de 1860, amealhando um espaço até então dominado pelo grupo ligado ao Barão de Porto Alegre. Logo a seguir, no pleito de segundo turno, os eleitores de Alegrete contribuíram decisivamente para a vitória dos deputados vinculados ao nascente Partido Liberal Histórico.

Depois de 1864, Máximo Pereira Machado não se candidatou a qualquer cargo público. Em 16 de abril de 1867, sua esposa, Maria Clementina Pereira, faleceu aos 58 anos. Entrementes, rearticulações partidárias, o fim de uma guerra e o crepúsculo da indústria charqueadora proporcionariam ao velho fazendeiro uma nova oportunidade de interferir no mundo político, dessa vez pela mão de um jovem bacharel em Direito que retornou à Jaguarão.

2. “No intuito de promover os melhoramentos materiaes e moraes da nossa bella província”: sobre a feitura de um mediador político

Menandro Rodrigues Fontes foi um dos muitos sujeitos que recorreram a Máximo Pereira Machado em busca de crédito. Em 18 de julho de 1866, poucos meses após a morte do pai, ele (representado por Hermógenes Rodrigues Maia, seu procurador em Jaguarão) e sua mãe, Dona Maria Benvida, hipotecaram, por quatro anos, um prédio de sotéia com benfeitorias, situado entre as ruas do Comércio e das Trincheiras, na Cidade de Jaguarão, como garantia para o pagamento dos seis contos de réis que Máximo

lhes emprestou¹². Naquele momento, Menandro cursava o terceiro ano do curso jurídico na Faculdade de Direito de São Paulo, sendo provável que o numerário tenha sido, pelo menos em parte, empregado para bancar os deslocamentos, matrículas, livros, roupas, alimentação e, não raro, algumas luxuosas extravagâncias de solteiro – partes significativas do custoso empreendimento que era a obtenção de um diploma de curso superior em uma instituição localizada a centenas de quilômetros dali.

Nada sabemos acerca do que ocorreu entre a data do empréstimo e o final de fevereiro de 1868, quando Menandro Rodrigues Fontes desembarcou na capital paulista acompanhado de sua esposa, Joaquina Clementina Pereira¹³. Cabe dizer que não era a primeira vez que o estudante se casava. Em julho de 1863, quando residia na Paróquia da Sé, centro da Cidade de São Paulo, contraiu matrimônio com Dona Luiza Eugênia de Britto e Barros, que morreu cerca de três meses depois, vitimada pela varíola¹⁴. Após cinco anos de viuvez e já novamente casado, quando o destino da guerra no Paraguai começava a virar em favor dos brasileiros e seus aliados, Menandro concluiu o curso jurídico, recebendo o título de bacharel em Direito¹⁵.

A meteórica ascensão de Menandro Fontes, que em pouco tempo passou de devedor à genro de Máximo Pereira, impõe-nos dúvidas. Seria o resultado de uma paixão arrebatadora entre ele e a filha de seu credor? Embora quase impossível de ser verificada, essa probabilidade não exclui a existência de outra: naquela sociedade, onde, segundo Gil (2020), as informações circulavam, sobretudo, a partir da oralidade, crédito era sinônimo de confiança, isto é, confundia-se com a reputação social do devedor. Em vista disso, Menandro, talvez por ser estudante do curso jurídico em São Paulo, provavelmente era visto como um “homem de bem”, além de ser considerado assíduo pagador de suas dívidas em Jaguarão. Mas não é só isso.

Já mencionamos que, conforme a análise de Vargas (2010), muitas famílias da elite rio-grandense, visando reduzir a imprevisibilidade que orientava os seus negócios, buscaram inserir integrantes nos parlamentos provinciais e geral. Vargas (2010) entende esse projeto familiar como uma estratégia, no sentido empregado pela Micro-História de matriz italiana.

12 Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul. Acervo dos Tabelionatos, Jaguarão, 1º Tabelionato, **Transmissões e Notas, Livro nº 10 (1863-1866)**, fls. 114-115v.

13 Biblioteca Nacional – Hemeroteca Digital Brasileira. Jornal **O Ypiranga** (SP), 28/02/1868, p. 2.

14 Cf., respectivamente: Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo. Paróquia da Sé. **Casamentos de Livres, Livro nº 6 (1862-1868)**, fl. 26v; Idem, **Óbitos de Livres, Livro nº 13 (1860-1864)**, fl. 74.

15 Biblioteca Nacional – Hemeroteca Digital Brasileira. Jornal **Correio Paulistano** (SP), 31/10/1868, p. 1.

Logo, para Giovanni Levi (2000), estratégia é o uso de uma racionalidade limitada, voltada à transformação do mundo social e natural a partir das informações disponíveis. Ao passo que Levi (2000) se refere à ação de setores populares da Itália pré-industrial, geralmente visando a reprodução biológica e uma melhor segurança para suas atividades produtivas, Vargas (2010) apropriou-se do conceito para explicar os projetos dos segmentos mais prósperos do Rio Grande do Sul oitocentista no sentido de, a partir da política, reproduzir o seu status de elite.

Nascido na Vila de Jaguarão¹⁶ em 1840, Menandro, possivelmente, não era um desconhecido dos Pereira Machado. Contudo, a posição de sua família nas hierarquias econômicas daquela sociedade fronteiriça parece relativamente díspar. Em 1866, Francisco Rodrigues Fontes, seu pai, foi descrito como sendo abastado fazendeiro de Jaguarão por um jornal da Corte¹⁷. Dois anos antes tinha sido listado entre os votantes do município como residente no 2º Distrito, local onde também ocupava o cargo de 1º juiz de paz, e qualificado como criador¹⁸, posição geralmente atribuída aos médios proprietários. Entretanto, uma análise intensiva das particularidades dessas famílias de elite fica prejudicada, porque também não encontramos o inventário de Francisco Fontes. Não obstante, a união de Menandro e Joaquina pode ser interpretada como o “casamento entre iguais” de que Farinatti (2007) faz alusão, pois convém reproduzir a advertência do autor: não havia família exatamente igual a outra. Portanto, é mais seguro afirmar que “os casamentos conectavam famílias que tinham recursos diferentes e alguns recursos semelhantes, potencializando-os” (FARINATTI, 2007, p. 241).

Sem dúvidas, o diploma de bacharel em Direito representava o recurso mais precioso que Menandro dispunha. Para Vargas (2010), a aposta na formação superior restringia-se a famílias que especificamente possuíam um projeto de intervenção qualificada no mundo político. Embora arriscado, o retorno desse investimento poderia materializar-se na conquista de um cargo na magistratura – embora condicionado ao partido da situação –, bons casamentos, bem como na expansão da rede social da família através de relações exteriores, com elites de outras províncias, ou intestinas, com militares e grandes comerciantes rio-grandenses.

16 No registro de seu primeiro casamento, Menandro declarou que era “natural e batizado na cidade de Jaguarão, Província do Rio Grande do Sul”. Cf.: **Casamentos de Livres**, Op. cit.

17 Biblioteca Nacional – Hemeroteca Digital Brasileira. Jornal **Correio Mercantil** (RJ), 24/03/1866, p. 2.

18 Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Fundo Eleições. Maço 02. **Jaguarão. Junta de Qualificação. Lista dos cidadãos votantes do 1º e 2º distritos, 1864.**

Quando retornou definitivamente ao Rio Grande do Sul, Menandro encontrou um panorama político diferente de quando esteve na província pela última vez. Sobre esse período, Helga Piccolo (1998) aponta que a queda do gabinete ministerial chefiado por Zacarias de Góis provocou a reorganização do Partido Conservador, para o qual uniram-se antigos liberais progressistas e velhos conservadores. Uma parcela desses progressistas formou, junto com o grosso dos liberais históricos, o Partido Liberal. Essa conjuntura, novamente exclusiva da província, desencadeou a cisão entre os conservadores, que se dividiram em dois blocos: os “lobos”, conservadores tradicionais; e os “cordeiros”, antigos liberais-progressistas.

Por essa época, Menandro Rodrigues Fontes já integrava as facções liberais, filiação que perdurará por toda a vida. As sociabilidades desenvolvidas na Faculdade de Direito de São Paulo podem ter sido a origem dessa vinculação. Nessa instituição, Menandro foi colega, tornou-se amigo – e será aliado político – de Fernando Osório, filho do General Manuel Luís, chefe do Partido Liberal na província. José Francisco Diana fez parte da mesma turma de Menandro e, uma década e meia antes Henrique d’Ávila, havia estudado em São Paulo. Após concluírem a formação, todos tornaram-se deputados pelo partido de Osório. Tendo em vista esse fenômeno, Vargas (2010) teorizou que a forte vinculação dos liberais com São Paulo e a convivência de rio-grandenses em várias turmas podem ter contribuído para uma maior coesão entre seus líderes, fator adicional que possivelmente ajudou a reforçar a condição hegemônica do partido no Rio Grande do Sul durante os anos finais da monarquia.

Em vista disso, os liberais aproveitaram a cizânia dos conservadores para conquistar todas as trinta cadeiras da Assembleia Provincial para a 15ª Legislatura (1873-1874). A inclusão de Rodrigues Fontes na chapa dos candidatos liberais pelo 2º Distrito Eleitoral da Província foi especialmente solicitada por Henrique d’Ávila, seu patrono, à Manuel Osório: “O General risque o meu nome e coloque o do Menandro. E’ um nosso grande empenho essa mudança”¹⁹.

Ser eleito deputado provincial significava obter acesso a uma via para o exercício de específica interlocução, embora não transformasse, automaticamente, Menandro em mediador. Mas quem era esse ator social e por que foi tão valorizado naquela sociedade? Julgamos útil consumir algumas linhas deste trabalho respondendo a essas questões. Em resumo, mediador é a tradução mais comum do conceito originalmente escrito na

19 Carta de Henrique d’Ávila a Manuel Luís Osório, Jaguarão, 23/07/1872. In: OSÓRIO, Joaquim Luís; OSÓRIO (filho), Fernando Luís. **História do General Osório**, vol. 2. Pelotas: Typ. do Diário Popular, 1915, p. 674.

língua inglesa como *broker*. Na escola antropológica de estudos influenciados pela noção de cultura, Eric Wolf (2003) foi o primeiro autor a utilizar o termo como definição para os atores sociais que, em comunidades camponesas, estabelecem a conexão entre diferentes esferas de poder.

Reconstruindo as dimensões históricas das relações entre grupos no México desde o processo colonizatório, Wolf (2003) concluiu que as vinculações entre o local e o nacional eram tecidas a partir de uma extensa rede de relações sociais, nas quais: “os funcionários das instituições nacionais desciam até as comunidades, ao mesmo tempo que indivíduos e grupos das comunidades forjavam laços com controladores de recursos e de poder fora das comunidades”. No decorrer desse processo, prossegue o autor, “os dois grupos – o dos orientados para a comunidade e o dos orientados para a nação – usavam mediadores que hauriam então recursos e influências de suas posições intermediárias” (WOLF, 2003, p. 73).

Ao problematizar as estratégias sociais de uma comunidade piemontesa na Itália de fins do século XVII, Levi (2000) refere que as forças locais responderam de formas variadas ao acelerado processo de inclusão em um sistema político, administrativo e econômico mais vasto e homogêneo. No que tange à liderança, conforme o autor, a consequência mais urgente foi o surgimento e a afirmação do mediador, um indivíduo especializado que, ao explorar as incoerências dos sistemas de normas e valores existentes nos diversos níveis daquela sociedade, estava dotado das condições necessárias para articular as práticas e demandas da comunidade local com as necessidades e ponderações do sistema centralizado que surgia.

Salientando as particularidades do mediador em relação à sua comunidade originária, Vargas (2010) aponta a posse de qualidades específicas como o principal fator de diferenciação social na conquista da legitimação necessária para estabelecer ligações entre o nível local e os centros de poder. Nesse sentido, sujeitos inseridos em redes sociais que ultrapassavam a esfera da sua comunidade de origem, tais como fazendeiros, grandes comerciantes e oficiais militares detentores de patente superior, poderiam exercer a mediação. Entretanto, o mediador do qual tratamos neste trabalho pertence a um tipo singular: por ser parlamentar e, portanto, utilizar as vias institucionais como canal de interlocução, atores como o deputado Menandro Rodrigues Fontes eram, especificamente, mediadores políticos.

Em seu estudo sobre a elite política rio-grandense, Vargas (2010) estabelece dois tipos de mediador: o que vincula a sua freguesia ou município à capital da província e o que liga a província à Corte Imperial. Definindo os deputados provinciais como o primeiro degrau de uma elite regional, pois muitos não possuíam recursos para conquistar cargos mais importantes,

nem redes sociais expressivas, Vargas (2010) classifica esse mediador como de segunda grandeza, responsável apenas por estabelecer uma conexão regional. O deputado provincial, portanto, é um mediador político inferior ao que conecta a província com a Corte.

Dito isso e não perdendo de vista a necessária vinculação do mundo da política provincial com os aspectos sociais e econômicos do Rio Grande do Sul oitocentista, podemos formular algumas hipóteses explicativas para a ascensão de Menandro Fontes. Centrando a análise nos projetos por ele apresentados na Assembleia durante a 15^a Legislatura, é possível inferir que o deputado mediava os interesses de uma base concentrada na Cidade de Jaguarão, onde morava, e na Freguesia do Arroio Grande, onde mantinha negócios e parentes, mas também integrada por aliados que residiam nos municípios de Pelotas, Canguçu e Rio Pardo.

Em Arroio Grande, parte da rede social de Menandro Rodrigues Fontes pode ser visualizada a partir dos atores envolvidos em um episódio ocorrido anos depois. Em setembro de 1877, um grupo liderado pelo fazendeiro Thomaz Bento da Silva e integrado, entre outros, por seu cunhado, o delegado José Maria de Souza, tentou impedir a transferência da Câmara Municipal de Arroio Grande, ordenada por uma composição majoritariamente formada por membros do Partido Conservador. A casa onde funcionava o órgão era propriedade de Dona Joaquina Caetano de Freitas, viúva do chefe liberal Rogerio e tia da esposa de Menandro. Sentindo o desfalque dos 480 mil réis anuais que recebia pelo aluguel do imóvel, Joaquina solicitou a intervenção do influente parente, que, por sua vez, esperou o Partido Liberal ascender ao poder para contatar o presidente da província. Informado dos problemas na base de apoio, o mandatário interpelou a edilidade arroio-grandense com o envio da petição encaminhada “pelo Doutor Menandro Rodrigues Fontes, fazendeiro n’este municipio, representando contra alguns actos d’esta camara municipal [...]”²⁰, através do qual solicitava respostas para as queixas do reclamante. Valendo-se da nova conjuntura política, a Câmara, então controlada pelos suplentes ligados ao Partido Liberal, retornou ao imóvel de Joaquina no início de 1879. Com a mediação, Menandro também conseguiu a recondução dos funcionários municipais ligados aos liberais e exonerados durante a administração dos conservadores²¹.

20 Acervo do Museu Municipal Visconde de Mauá (Arroio Grande, RS). **Livro de Atas nº 1 da Câmara Municipal de Arroio Grande (1873-1881)**, Ata nº 137, sessão de 13/12/1878, fls. 134v.-135v.

21 *Ibidem*, Ata nº 138, sessão de 14/12/1878 e Ata nº 141 da sessão de 15/04/1879, fls. 137-142.

Mas voltemos a 1873. Naquela fronteira do império, a indústria charqueadora entrou em colapso após a Guerra do Paraguai e a conjuntura vivida por Arroio Grande é ilustrativa: em 1867, pelo menos sete moradores da freguesia foram vinculados, pelas listas de qualificação dos votantes, à ocupação de proprietário de charqueada. Oito anos depois, restava apenas o charqueador Antônio Gonçalves de Aguiar²². Conforme Martins (2001), os motivos dessa crise foram os períodos de guerra prolongada, a insegurança em razão da onipresença de criminosos e contrabandistas e, principalmente, a obstrução das depressões do Sangradouro da lagoa Mirim. Este óbice dificultava a plena navegação por barcos de médio e grosso calado, impedindo a conexão direta de todo o município jaguarenses com o porto de Rio Grande, necessária não apenas para o transporte de passageiros, mas também para a importação do sal destinado ao preparo do charque e a exportação dos produtos manufaturados nas charqueadas.

Além da crise econômica, a situação de Arroio Grande era agravada por sua condição periférica em relação à capital da província. No estudo da trajetória de Rogerio de Freitas, identificamos que, em comparação com a Freguesia do Herval e a Cidade de Jaguarão, Arroio Grande não recebia prioridade na execução de obras e no preenchimento dos cargos públicos. No local não havia tabelião, faltava uma escola para o sexo feminino e, há décadas, a construção de uma ponte sobre o arroio circundante ao povoado – de suma utilidade pública, pois o ribeiro representava um obstáculo à franca ligação terrestre de Jaguarão com Arroio Grande e, por sua vez, de Jaguarão com as cidades de Pelotas e Rio Grande, as quais utilizavam uma estrada que passava pela freguesia para a efetivação das mais importantes transações comerciais, como, por exemplo, o trânsito do gado que era abatido nas charqueadas pelotenses²³ –, subsistia como um projeto do governo. Contudo, sem dúvida, a principal reclamação da base social de Menandro dizia respeito ao vilamento da freguesia: elevação esperada há anos e talvez postergada pelos conflitos bélicos que provocaram a redução das atividades administrativas na fronteira sul.

Nesse ponto, voltemos à hipótese delineada na introdução deste trabalho. É na perspectiva da aproximação de sua base em Arroio Grande com a capital provincial, visando a obtenção de recursos e vantagens, que

22 Acervo do Museu Municipal Visconde Mauá (Arroio Grande, RS). **Livros de atas das juntas de qualificação e revisão das listas dos votantes nas eleições da Freguesia (1868-1873) e Vila (1874-1880) do Arroio Grande.**

23 Sobre a dificultosa comunicação terrestre entre Jaguarão-Arroio Grande e o centro econômico da província, ver o relatório da Câmara Municipal de Jaguarão apresentado à Assembleia Provincial em 1872. In: Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão. *Jornal Reforma* (RS), 03/03/1872, p. 1.

a especificidade da interlocução política realizada pelo deputado Menandro Fontes adquire nitidez. Nesse sentido, conforme lembrou Both (2016), podia haver variação entre os centros e periferias onde o mediador atuava, pois, alguns atores políticos, como os senadores, conseguiam realizar a conexão entre todas as esferas de poder, ao passo que outros mediavam entre esferas locais, como nas relações município-município.

Com efeito, naquela altura, a mediação política já era bem conhecida em Arroio Grande. Ao serem eleitos vereadores de Jaguarão, Thomaz Bento da Silva, em 1864, e Olivério Bretanha, em 1871, ganharam legitimidade para mediar a execução de obras públicas e a nomeação de funcionários e comissões para os seus distritos de origem. Bem distante dali, Irineu Evangelista de Souza (o sobrinho de Eleutério que vivia na Corte), homem mais rico do Brasil, banqueiro e empresário nobilitado com o título de Barão de Mauá, dessa vez, conforme registrou Both (2016), sob o direto patrocínio de Osório e D'Ávila, tomava posse do seu quinto mandato como deputado geral pelo 2º Distrito da província, representando os interesses dos eleitores de Arroio Grande, Jaguarão, Pelotas e arredores.

Portanto, mediadores políticos não faltavam. Entretanto, a solução dos problemas de Arroio Grande não estava tão longe que somente Mauá pudesse interceder, nem tão perto para que bastasse acionar Thomaz Bento e Olivério. A família ampla, da qual uma parcela significativa também funcionava como aliados políticos, os grandes e médios proprietários locais que o apoiaram e, principalmente, Máximo Pereira Machado, tinham a consciência de que Menandro Rodrigues Fontes não era o único, mas talvez fosse o melhor candidato para realizar a específica interlocução. O fato de ter sido ele o escolhido, e não Silvestre Nunes Gonçalves Vieira, José Francisco Diana ou Henrique d'Ávila (os três outros políticos com base social na fronteira sul que foram eleitos à Assembleia em 1873), reforça essa hipótese.

Além do mais, a conjuntura de enfraquecimento dos conservadores na província, bem como, segundo aponta Vargas (2010), a influência do bacharelismo político, fenômeno que enceta uma lenta mudança a se processar no perfil social de recrutamento dos deputados, exigindo cada vez mais capacidades intelectuais e de formação para o acesso aos parlamentos provincial e geral, fechou a entrada daquele espaço para o sogro de Menandro.

Por conseguinte, a mediação demandava a posse de certas habilidades e características indisponíveis não somente para o grosso da população, como também para significativa parcela das elites locais. Referimo-nos aos modos de agir e falar comuns aos locais conectados pelo mediador, uma vez que “para os jovens oriundos das localidades mais distantes, a formação educacional nas faculdades do Império era a principal forma de apreender

tais práticas”, pois, “desse modo, dominavam dois códigos de conduta distintos, o que os habilitava a circular por diferentes mundos” (BOTH, 2016, p. 53-54 e 76). Provavelmente, Máximo Pereira tinha uma consciência limitada dessas mudanças e das conseqüentes barreiras impostas à sua atuação política. Em vista disso, é possível dizer que as vantagens esperadas pelo fazendeiro superavam os riscos da aliança estabelecida com um parlamentar ligado às facções adversárias.

Logo na quarta reunião da primeira sessão da Assembleia Legislativa, realizada na abafada tarde do dia 6 de março de 1873, o deputado Menandro Rodrigues Fontes, demonstrando que não tinha tempo a perder, pronunciou um inspirado discurso no qual buscou vincular suas propostas a uma pretensiosamente neutra “sciencia administrativa”, declarando que “no intuito de promover os melhoramentos materiaes e moraes da nossa bella província” apresentava dois projetos: um elevando a freguesia do Arroio Grande à categoria de município, e outro criando, no mesmo lugar, uma cadeira de instrução primária para o sexo feminino²⁴.

Se a protelação do vilamento da Freguesia do Arroio Grande tornou-se inaceitável e a indústria charqueadora local entrou em colapso no começo de 1870, pelo menos um fator positivo justificava a obtenção da emancipação política: conforme Martins (2001), a pecuária, que gradualmente se aperfeiçoaria graças à introdução do banho de desinfetante nos rebanhos e da cerca de arame nos campos, foi a principal atividade econômica que impulsionou uma nova conjuntura de crescimento na fronteira de Jaguarão, a qual perduraria até meados da década seguinte. Assim, no discurso de apresentação dos projetos em favor de Arroio Grande, Menandro, bem informado, não hesitou em argumentar que a principal fonte de riqueza da freguesia, ao contrário das charqueadas, estava no “grande número de estancias de criação de gado vacum e de agricultura” existentes em seus dois distritos²⁵.

Menandro Rodrigues Fontes foi o recordista de projetos de lei apresentados durante a 15ª Legislatura da Assembleia Provincial. Entretanto, a aprovação das propostas por seus colegas parlamentares significava apenas a metade de um longo processo que poderia culminar, ou não, no investimento do orçamento provincial nas obras públicas solicitadas.

24 Memorial do Legislativo do Rio Grande do Sul. **Annaes da Assembléa Legislativa da Província de S. Pedro do Sul. 1ª sessão de 1873. Decima Quinta Legislatura.** Porto Alegre: Typ. do Jornal do Commercio, 1873, p. 16.

25 Ibidem, p. 17.

3. “A minha pretensão é segredo”: negociando com os adversários, ou quando as alianças reais superam as ideologias abstratas

A celeridade da tramitação dos projetos em benefício de Arroio Grande, considerando que em apenas dezoito dias a proposta de elevação foi apresentada à Assembleia, três vezes votada em plenário, recebeu a redação final e, por fim, a sanção presidencial, sugere a ocorrência de negociações entre o deputado liberal Menandro Fontes e o presidente da província. Se a aproximação de fato ocorreu, não seria a única naquele tempo e espaço. De acordo com Sérgio da Costa Franco (2004), o deputado Henrique d’Ávila esforçou-se para conseguir a aprovação das obras de desobstrução do Sangradouro, fundamental para a navegação e o comércio na região de Jaguarão. Em 1873, a Assembleia aprovou a contratação das obras nos canais da Sarangonha, na Lagoa dos Patos, e da Mirim, na ligação com o canal São Gonçalo. Entretanto, Franco (2004) anota que o presidente da província, João Pedro Carvalho de Moraes, atendeu a apelos de Jaguarão e deu prioridade às obras no Sangradouro, tendo sido publicamente elogiado por D’Ávila através de artigos no periódico *Atalaia do Sul*, publicado naquela cidade.

Não foi ocasional o vínculo que uniu o liberal Henrique d’Ávila e o conservador João Pedro Carvalho de Moraes naquela conjuntura de 1873. Conforme aponta Both (2016), a amizade entre ambos começou no tempo em que estudaram na Faculdade de Direito de São Paulo. Esse relacionamento dialoga com as contribuições de Vargas (2010), segundo as quais o diploma de bacharel funcionou como uma via privilegiada para o estabelecimento de laços entre as elites das províncias periféricas com as do centro do país, que eram mais ricas e influentes no governo. Se bem aproveitadas, as relações interpessoais criadas desde a faculdade podiam ser acionadas para ajuda mútua em caso de necessidade, exatamente conforme teorizado por Landé (1977) sobre as alianças diádicas horizontais.

Com efeito, parece que João Pedro Carvalho de Moraes foi uma aposta do gabinete ministerial do Visconde do Rio Branco para dissolver as tensões entre os conservadores na província. Franco (2004) afirma que um dos presidentes anteriores, Jerônimo Martiniano Figueira de Melo, não teria tido a habilidade necessária para negociar com os correligionários, pois ao entregar os principais cargos de nomeação para a facção dos “cordeiros”, desagradou os conservadores tradicionais ao ponto de fazer com que a Assembleia, dominada por seus partidários, lhe fizesse inédita e pesada oposição.

Durante o governo de Figueira de Melo, Menandro foi demitido do cargo de promotor da Comarca de Piratini, que ocupava desde 1868. Ao desligamento, seguiu-se a troca, pela imprensa partidária, de uma série de provocações e insinuações: de forma irônica, o ex-promotor defendeu-se, exibindo no jornal do Partido Liberal de Jaguarão a resposta enviada ao presidente da província após ser informado da demissão: “[...] resolvo V. Ex. demitir-me do cargo de promotor publico da comarca de Piratiny por assim convir ao serviço publico, cumpre-me agradecer a V. Ex. a honra com que distinguio-me julgando-me incompatível com a actual situação de nosso paiz”²⁶. Por outro lado, o jornal do Partido Conservador em Porto Alegre revidou, justificando a demissão ao alegar que Menandro “não cumpria tão zelosamente os seus deveres” e “não tem mesmo cumprido com as ordens terminantes do governo”²⁷.

De fato, os ânimos se acalmaram com a conciliação adotada por João Pedro Carvalho de Moraes. Uma breve incursão pelos debates parlamentares pode contribuir para a compreensão dessas prováveis alianças entre liberais e conservadores: apesar de ter proferido poucos discursos (talvez nem todos foram publicados nos Anais do parlamento provincial), percebemos que a retórica crítica ao grupo situacionista não esteve presente nas falas de Menandro Rodrigues Fontes na Assembleia. Logo, podemos dizer que essa escolha foi parte de uma estratégia adotada para se aproximar dos recursos controlados pelos conservadores. No entanto, não podemos acreditar na unilateralidade dessas negociações.

Em junho de 1873, o jornal do Partido Liberal de Jaguarão publicou um manifesto dos habitantes de Arroio Grande em agradecimento pelos serviços prestados por Menandro ao “engrandecimento do lugar” na Assembleia Provincial. Entre os signatários, consta o nome do líder conservador Emílio Lorena de Aguiar, delegado de polícia e candidato derrotado pelos liberais na primeira eleição para vereadores do novo município²⁸. Em julho, Rodrigues Fontes foi nomeado, pelo governo conservador, juiz municipal e de órfãos do Termo de Rio Pardo²⁹. Sua exoneração, pouco depois do fim da gestão de Carvalho de Moraes, em 1875, sugere que estava sob a proteção daquele presidente – situação provável, pois, conforme vimos anteriormente, Moraes era amigo e temporariamente aliado de D’Ávila, seu patrono político.

26 Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão. Jornal **Reforma** (RS), 28/03/1872, p. 2.

27 Biblioteca Nacional – Hemeroteca Digital Brasileira. Jornal **O Constitucional** (RS), 04/05/1872, p. 2.

28 Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão. Jornal **Reforma** (RS), 12/06/1873, p. 3.

29 Biblioteca Nacional – Hemeroteca Digital Brasileira. Jornal **Diário do Rio de Janeiro** (RJ), 09/07/1873, p. 1.

Portanto, Menandro Fontes, atuando como mediador político, cumpriu a função de vincular, por curto espaço temporal, a sua base social em Arroio Grande ao centro de poder provincial, ao passo que se tornou aliado momentâneo do mandatário provincial, controlador dos recursos. A transitoriedade da conexão remete ao postulado por Wolf (2003), segundo o qual os mediadores encarregam-se de determinados interesses dos grupos voltados para a nação e dos grupos comunais. Sendo assim, “eles não podem resolvê-los, pois nesse caso, acabariam com sua própria utilidade para os outros. Desse modo, agem amiúde como amortecedores entre grupos, mantendo as tensões que alimentam a dinâmica de suas ações” (WOLF, 2003, p. 88).

A análise de outro caso joga luz sobre a força das relações pessoais ante a fragilidade das ideologias partidárias. Menandro Rodrigues Fontes, em carta para o amigo Fernando Osório – então aluno da Faculdade de São Paulo –, ao passo que atacava os conservadores pela promulgação de um decreto regulatório dos exames naquela instituição, solicitava:

No dia 4 de janeiro entrante vaga aqui o lugar de juiz municipal e orphãos e eu desejo muito ser nomeado, por isso peço-te que logo que chegue o teu velho lhe peças que escreva ao Rio Branco pedindo a minha nomeação, assim como recomendando também a outros amigos d'elle. As cartas manda d'ahi dirigidas ao Benevides, registradas para a côrte; o nome d'elle todo é – Francisco Maria Corrêa de Sá e Benevides, a quem já mandei a procuração para requerer. Também, se quizeres, dirige diretamente ao Paranhos a carta.

No *post scriptum* da missiva, Menandro deixa transparecer a periculosidade do pedido: “A minha pretensão é segredo”³⁰. Na prática, ele estava acionando parte da rede de relações constituída durante os anos em que estudou em São Paulo, visando a nomeação para um cargo público cujo preenchimento dependia do governo Central: o Francisco Benevides citado foi seu colega na Faculdade de Direito, bem como parceiro no empreendimento do “Colégio Piratininga”, tendo sido professor de Inglês daquela escola preparatória enquanto Menandro era o diretor³¹. O mencionado Paranhos, por sua vez, era José Maria da Silva Paranhos Júnior, filho do Visconde do Rio Branco e estudante do segundo ano do curso jurídico quando Menan-

30 Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. **Carta de Menandro Rodrigues Fontes a Fernando Luís Osório**, Jaguarão, 14/12/1871. Fundo General Osório. Lata 236. Pasta 34. Documento 1.

31 Biblioteca Nacional – Hemeroteca Digital Brasileira. **Jornal Diário de São Paulo** (SP), 28/02/1867, p. 4

dro matriculou-se, em 1863. Por fim, presumimos que o acesso a uma figura proeminente como o Visconde só podia ser realizado pelo General Osório, também nobilitado com o título de Marquês do Herval e referido como o “velho” de Fernando Osório na carta. Daí a sua importância como intermediário do amigo e ex-colega. Apesar da poderosa rede social acionada por Menandro, o contemplado com a nomeação foi o bacharel Rufino Tavares de Almeida, por decreto publicado pelo Ministério da Justiça em 31 de janeiro de 1872³².

Curiosamente, as alianças tecidas no âmbito privado entre atores de facções opostas não foram toleradas quando exibidas em público. Depois de saudar na tribuna da Câmara Geral o conservador Visconde do Rio Branco, chefe do ministério, o Barão de Mauá foi desafiado pelo colega e líder liberal, Gaspar Silveira Martins: os eleitores da província seriam novamente consultados, dessa vez informalmente, e o perdedor do repto deveria renunciar ao mandato. O escrutínio revelou que nem mesmo os conterrâneos de Mauá que o haviam elegido, incluindo Thomaz Bento da Silva, seu parente, o apoiaram. Da Assembleia, Menandro assinou um manifesto de desagravo a Mauá, organizado pelos deputados liberais, criticando-o por dedicar-se “com estranho devotamento” a um governo que visava “aniquilar os partidos do paiz”³³.

Findo o mandato de deputado provincial em 1874, Menandro Rodrigues Fontes parece ter se decidido a reforçar sua base social na região da fronteira meridional do Império. Foi eleito vereador de Jaguarão em 1876, para três anos depois ser reconduzido à Assembleia Provincial em seu último mandato como parlamentar, na 18ª Legislatura (1879-1880). Landé (1977) recorda que uma aliança diádica é fácil de criar, mas difícil de ser mantida, pois o laço ganha força na medida em que há continuidade nas trocas de recursos. Em vista disso, podemos elaborar uma hipótese explicativa para a subsequente ascensão de Menandro. O septênio do Partido Liberal no comando do governo central (1878-1885) foi o período em que o Rio Grande do Sul mais se aproximou do coração administrativo e econômico do Império. Atores como o General Osório, Henrique d’Ávila e José Diana foram eleitos ou recrutados para assumir posições no topo da elite política, ocupando, assim, os principais espaços de mediação entre a província e a Corte. Eleito senador e alçado ao posto de Ministro da Agricultura, D’Ávila pediu exoneração do cargo de 1º vice-presidente do Rio Grande do Sul em 1883. Provavelmente, o senador trabalhou para fazer de Menandro Rodri-

32 Center for Research Libraries. **Relatório do Ministro da Justiça Dr. Manoel Antonio Duarte de Azevedo**. Rio de Janeiro: Typografia Americana, 1873, p. 124-125.

33 **Annaes**, 1873, Op. cit., p. 20.

gues Fontes o seu sucessor³⁴, que exerceu interinamente a presidência por 45 dias, entre 1º de junho e 16 de julho daquele ano.

Tempos depois, conforme aponta Vargas (2010), Henrique d'Ávila transferiu para Menandro Rodrigues Fontes a responsabilidade pelo pagamento de diversas hipotecas contraídas, demonstrando que a aliança entre ambos se reiterou ao longo do tempo. Por fim, uma série de derrotas eleitorais abreviou a carreira política do último, o qual, desde o seu segundo mandato como deputado até a queda da monarquia, não ocuparia qualquer cargo público eletivo. A morte de Máximo Pereira Machado, seu sogro e aliado, em 1887, seria seguida pela do próprio Menandro, que morreu no dia 7 de abril de 1892, vitimado por uma “lesão orgânica do coração” em sua casa na Cidade de Jaguarão. Uma poética coincidência levaria Joaquina Clementina Pereira, a amada esposa, a falecer seis anos depois, exatamente no mesmo dia e local, em decorrência de tuberculose, quando tinha 58 anos³⁵.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

À semelhança do Deus romano Jano, o mediador tem a face voltada para duas direções simultaneamente: a comunidade e o centro de poder, sendo requisitado tanto pelo exterior para agir no interior da comunidade quanto pela comunidade para atuar no exterior dela. Neste trabalho, buscamos reconstruir parte da trajetória de um mediador político que conectou as comunidades onde possuía base de sustentação com um dos centros de poder. Conforme vimos, Menandro Rodrigues Fontes foi educado e treinado para exercer essa privilegiada posição, sendo um dos muitos rio-grandenses provenientes das elites locais enviados para São Paulo a fim de concluir a primeira etapa de um custoso e arriscado projeto familiar. O retorno desse investimento foi proporcionado pela conjuntura política e econômica específica existente na província do Rio Grande do Sul a partir de meados da década de 1860: a ascensão da facção política liberal à condição de principal força regional e a aproximação aos recursos emanados do centro de poder provincial demandados pelas suas redes sociais condicionaram a reiteração de antigas e o estabelecimento de novas alianças diádicas por Rodrigues Fontes.

34 Biblioteca Nacional – Hemeroteca Digital Brasileira. *Jornal Gazeta de Notícias* (RJ), 02/05/1883, p. 2.

35 Cf., respectivamente: Cartório Civil da Cidade de Jaguarão. *Livro de Registro de Óbitos “C-4” (1892-1894)*, fl. 17v.; Idem, *Livro “C-6” (1898-1900)*, fl. 11.

Demonstramos que o deputado Menandro Fontes foi bem-sucedido em conectar sua base em Arroio Grande com a capital rio-grandense, conseguindo atos públicos, cargos, favores e proteção através da aprovação de projetos de lei, cuja efetivação, negociada com os mandatários provinciais, beneficiou parentes e aliados. Aparentemente paradoxais, os métodos utilizados na mediação que resultou no vilamento da sobredita localidade, são perfeitamente coerentes com os limites e as realidades da política faccional anterior a formação dos modernos partidos, na qual a liderança pessoal se sobrepõe a ideologias abstratas. Para o sucesso desses acordos, contudo, a descrição era uma condição imprescindível. Nesse sentido, acreditamos que o caso de Menandro contribui para o conhecimento histórico a respeito do sistema político imperial a partir da singularidade da relação centro-periferia por ele mediada.

Contudo, apesar do acesso aos desejados recursos materiais e imateriais do centro provincial, Arroio Grande permaneceu em condição periférica na sequência da elevação à município. Indício dessa continuidade é fato de que, até o fim da vida, Menandro Rodrigues Fontes manteve sua residência na urbe de Jaguarão. Essa escolha dialoga com a posição de intermediário exercida pelo parlamentar, pois, nesse sentido, ele tirou proveito dos conflitantes interesses de um grupo e outro que conectou, atuando como agente conciliador. De outro modo, a inexistência de tensões implicaria no fim de sua utilidade enquanto mediador.

Finalmente, malgrado a formação superior em Direito e a ascensão à elite política provincial durante uma década, Menandro Rodrigues Fontes tentou, mas não obteve acesso direto ao mundo da Corte. A análise desse fracasso, talvez tão eloquente para o conhecimento histórico quanto os sucessos, escapa ao escopo desta pesquisa. Portanto, não há dúvida de que a trajetória de Menandro rende estudos mais densos. O que analisamos no presente trabalho consiste apenas em algumas interpretações sobre parte da realidade possível de ser reconstruída.

REFERÊNCIAS

- BITTENCOURT JR., Pedro Jayme. Máximo Pereira (o personagem). **Autorretrato**, 2009. Disponível em: <http://autoretratopedro.blogspot.com/2009/08/maximo-pereira-o-personagem.html>. Acesso em: 27 Abril 2022.
- BITTENCOURT JR., Pedro Jayme. Dr. Menandro. In: BITTENCOURT JR., Pedro Jayme (org.). **14 personagens, 5 vultos históricos (e outras personalidades e tipos populares) do Arroio Grande**. Arroio Grande: Prefeitura de Arroio Grande/SECULT/SME, 2018. p. 322.

- BOTH, Amanda Chiamenti. **A trama que sustentava o Império**: mediação entre as elites locais e o Estado Imperial Brasileiro (Jaguarão, segunda metade do século XIX). Dissertação (Mestrado em História). Porto Alegre: PPGH da PUCRS, 2016.
- FARINATTI, Luís Augusto Ebling. **Confins Meridionais**: famílias de elite e sociedade agrária na Fronteira Sul do Brasil (1825-1865). Tese (Doutorado em História). Rio de Janeiro: PPGHIS da UFRJ, 2007.
- FEDERAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. **De Província de São Pedro a Estado do RS – censos do RS**: 1803 a 1950. Porto Alegre: FEE, 1981.
- FIGUEIREDO, Vitor Luiz Soares. **“De princípios austeros [...] foi ele sempre garantia segura da fiel execução da lei, mesmo nas épocas tormentosas das eleições”**: a trajetória do capitão Rogerio José de Freitas (segunda metade do século XIX). TCC (Graduação em História). Jaguarão: Universidade Federal do Pampa, 2019.
- FIGUEIREDO, Vitor Luiz Soares. A atuação local como estratégia política: perfil social dos juizes de paz eleitos no 1º Distrito da Freguesia do Arroio Grande (Sul da Província de São Pedro do Rio Grande, 1848-1871). *In*: HOGETOP, Denise Nauderer; WEIMER, Rodrigo de Azevedo (orgs.). **Anais da XV Mostra de Pesquisa do APERS**. Porto Alegre: Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, 2020.
- FRANCO, Sérgio da Costa. **Origens de Jaguarão (1790-1833)**. Caxias do Sul: UCS/Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1980.
- FRANCO, Sérgio da Costa. **A Assembléia Legislativa Provincial do Rio Grande do Sul (1835-1889)**: crônica histórica. Porto Alegre: CORAG, 2004.
- GIL, Tiago Luís. **Coisas do caminho**: crédito, confiança e informação na economia do comércio de gado entre Viamão e Sorocaba (1780-1810). Brasília: Editora da UNB, 2020.
- GRAHAM, Richard. **Clientelismo e política no Brasil do século XIX**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1997.
- LANDÉ, Carl Herman. Introduction: the diadic basis of clientelism. *In*: SCHMIDT, Steffen Walter et. al. **Friends, followers and factions**: a reader in political clientelism. Berkeley: University of California Press, 1977. p. xiii-xxxvii (versão traduzida e datilografada em português).
- LEVI, Giovanni. **A herança imaterial**: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- MAESTRI, Mário. Pampa negro: agitações, insubordinações e conspirações servis no Rio Grande do Sul, 1863-1868. **Saeculum – Revista de História**, João Pessoa, n. 25, p. 61-76, Jul./Dez. 2011.

- MARTINS, Maria Fernanda Vieira. A velha arte de governar: o Conselho de Estado no Brasil Imperial. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 12, p. 178-221, Jan.-jun 2006.
- MARTINS, Roberto Duarte. **A ocupação do espaço na fronteira Brasil - Uruguay**: a construção da cidade de Jaguarão. Barcelona: Universitat Politècnica de Catalunya. Escola Técnica Superior D'Arquitetura, 2001.
- PANIAGUA, Edson Romário Monteiro. **A Construção da Ordem Fronteiriça**: grupos de poder e estratégias eleitorais na campanha sul-rio-grandense. Tese (Doutorado em História). São Leopoldo: PPGH da UNISINOS, 2012.
- PICCOLO, Helga Iracema Landgraf. **Vida política no século 19**. 3ª. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1998.
- SERNA, Justo ; PONS, Anaclet. O buraco da agulha. Do que falamos quando falamos de micro-história? *In*: MARTINS, Maria Cristina Bohn; MOREIRA, Paulo Roberto Staudt (orgs.). **Uma história em escalas. A microanálise e a historiografia latino-americana**. São Leopoldo: Oikos, 2012. p. 15-72.
- SILVEIRA, Maria Dutra da. Histórias de Famílias Jaguarenses (compilação de Ana Rita Bretanha). **Cadernos Jaguarenses**, Jaguarão, v. 11, p. 109-192, Jan./Dez. 2019.
- VARGAS, Jonas Moreira. **Entre a Paróquia e a Corte**: a elite política do Rio Grande do Sul (1850-1889). Santa Maria: Editora da UFSM, 2010.
- VARGAS, Jonas Moreira. **Pelas margens do Atlântico**: um estudo sobre elites locais e regionais no Brasil a partir das famílias proprietárias de charqueadas em Pelotas, Rio Grande do Sul (século XIX). Tese (Doutorado em História). Rio de Janeiro: PPGH da UFRJ, 2013.
- WOLF, Eric. Aspectos das relações de grupos em uma sociedade complexa: México. *In*: FELDMAN-BIANCO, Bela; RIBEIRO, Gustavo Lins (orgs.). **Antropologia e poder**: contribuições de Eric R. Wolf. São Paulo: Ed. UNICAMP, 2003. p. 73-91.

Submetido em 12/05/2022

Aceito em 28/07/2022